

Segurança pública integrada na Polícia Militar do Pará: proposta de matriz estratégica para policiamento territorial, prevenção comunitária e prontidão operacional

Integrated public safety in the Pará Military Police: a strategic matrix proposal for territorial policing, community prevention and operational readiness

Carlos Ramon Santos de Carvalho¹

Diana Almeida de Souza Piza²

Marcos Roberto Nunes Piza³

Raimundo Silva do Nascimento⁴

Resumo

A segurança pública contemporânea exige que as instituições policiais conciliem presença ostensiva, inteligência, prevenção comunitária, tecnologia e capacidade permanente de resposta. No contexto da Polícia Militar do Pará (PMPA), a extensão territorial do estado, as diferenças entre regiões, a dinâmica dos crimes patrimoniais e violentos e as exigências físicas e psicológicas do trabalho policial tornam insuficientes respostas isoladas ou exclusivamente reativas. O objetivo deste estudo é analisar evidências recentes relacionadas à segurança pública paraense e propor uma matriz estratégica aplicável às atividades-meio e fim da PMPA, articulando diagnóstico territorial, policiamento ostensivo focalizado, prevenção comunitária, integração interinstitucional, saúde ocupacional e monitoramento de resultados. Trata-se de pesquisa aplicada, descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por revisão bibliográfica e análise documental. O corpus foi composto por artigos científicos publicados entre 2025 e 2026, documentos institucionais do Governo do Pará, da PMPA, da SEGUP-PA e de órgãos municipais, além da Constituição Federal e de obras de referência sobre segurança pública cidadã. A análise temática permitiu identificar cinco eixos recorrentes: inteligência e leitura territorial do crime; emprego operacional orientado por evidências; prevenção e proximidade comunitária; prontidão física e psicológica do efetivo; e governança com tecnologia, indicadores e revisão contínua. Como resultado aplicado, propõe-se a Matriz Integrada de Segurança Pública e Prontidão Operacional da PMPA (MISPRO-PMPA), estruturada em ciclos de diagnóstico, decisão, execução, proteção do efetivo e avaliação. Conclui-se que a efetividade institucional tende a ser fortalecida quando o planejamento operacional deixa de tratar dados criminais, saúde do policial,

¹Policial Militar - PMPA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6159-4607>. Bacharel em Administração e Direito; Especialista em Direito Penal Militar. E-mail: cramonpm@hotmail.com.

² Policial Militar - PMPA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7666-4075>. Graduanda em Direito; Bacharel em Enfermagem; Especialista em Enfermagem do Trabalho. E-mail: diana.piza@rede.ulbra.br

³Policial Militar - PMPA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2122-4101>. Bacharel em Sistemas de Informação - Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), 2007; Especialista em Informática e as Novas Tecnologias Educacionais - ULBRA, 2010. E-mail: pizag21@yahoo.com.br.

⁴Policial Militar - PMPA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5179-7358>. E-mail: raimundoss098@gmail.com.

prevenção social e tecnologia como agendas separadas e passa a integrá-los em objetivos mensuráveis, territorializados e continuamente avaliados.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia Militar do Pará; Policiamento Orientado por Evidências; Prontidão Operacional; Ciências Sociais Aplicadas.

Abstract

Public safety increasingly requires police institutions to combine visible policing, intelligence, community prevention, technology, and permanent response capacity. In the context of the Pará Military Police (PMPA), the state's vast territory, regional differences, the dynamics of property and violent crime, and the physical and psychological demands of police work make isolated or exclusively reactive responses insufficient. This study aims to analyze recent evidence related to public safety in Pará and to propose a strategic matrix applicable to both operational and administrative activities of the PMPA, integrating territorial diagnosis, focused visible policing, community prevention, interinstitutional coordination, occupational health, and performance monitoring. This is an applied, descriptive, and exploratory qualitative study based on bibliographic review and documentary analysis. The corpus comprised scientific articles published between 2025 and 2026, institutional documents from the Government of Pará, PMPA, SEGUP-PA and municipal agencies, as well as the Brazilian Federal Constitution and reference works on citizen-centered public safety. Thematic analysis identified five recurring axes: intelligence and territorial crime analysis; evidence-oriented operational deployment; prevention and community proximity; physical and psychological readiness of police personnel; and governance supported by technology, indicators, and continuous review. As an applied result, the study proposes the Integrated Public Safety and Operational Readiness Matrix for the PMPA (MISPRO-PMPA), organized around cycles of diagnosis, decision, execution, personnel protection, and evaluation. It concludes that institutional effectiveness tends to improve when crime data, police health, social prevention, and technology are no longer treated as separate agendas and are integrated into measurable, territorialized, and continuously evaluated objectives.

Keywords: Public Safety; Pará Military Police; Evidence-Oriented Policing; Operational Readiness; Applied Social Sciences.

1 Introdução

A segurança pública ocupa posição central na garantia dos direitos fundamentais e no funcionamento regular da vida coletiva. A Constituição da República estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, destinando-se à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ao mesmo tempo em que atribui às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (Brasil, 1988). Essa previsão constitucional situa a atividade policial em uma dimensão que ultrapassa a resposta imediata à ocorrência: ela envolve prevenção, proteção de

direitos, coordenação com outros órgãos públicos e capacidade institucional para antecipar riscos e produzir ambientes mais seguros.

A literatura contemporânea também tem ampliado a compreensão de segurança pública para além de uma lógica exclusivamente repressiva. A coletânea organizada por Guerra, Almeida e Cotta (2025) reúne estudos que aproximam segurança pública, cidadania, dignidade humana, gestão pública e participação social, evidenciando que problemas complexos de violência exigem respostas interdisciplinares.

Em perspectiva semelhante, a discussão sobre tecnologias inovadoras em segurança pública cidadã apresentada por Cotta (2022b) contribui para compreender que modernização institucional não se limita à aquisição de equipamentos: ela depende da capacidade de transformar recursos tecnológicos em decisões legítimas, proporcionais e orientadas à proteção da sociedade.

No Pará, essa discussão assume relevância particular. O território estadual apresenta grandes distâncias, áreas urbanas densas, municípios interioranos, comunidades ribeirinhas e diferentes padrões de ocorrência criminal. Essas características produzem demandas operacionais distintas e exigem planejamento sensível ao território.

Santos e Guimarães (2026), ao examinarem roubos e furtos na área do 3º Batalhão de Polícia Militar em Santarém, demonstram a utilidade de identificar variações por tipo de crime, horário e localização para orientar o emprego do policiamento. Lopes et al. (2026), ao tratar do mapeamento da criminalidade no estado do Pará, também ressaltam o valor estratégico de dados estatísticos e tecnologias de georreferenciamento para o planejamento das ações da PMPA. Em conjunto, esses estudos indicam que a distribuição homogênea do efetivo, sem leitura de padrões temporais e espaciais, tende a desperdiçar capacidade operacional.

A atuação ostensiva, por sua vez, permanece indispensável, mas sua efetividade depende de planejamento, integração e avaliação. Silva (2025), ao analisar estratégias de policiamento ostensivo no controle da violência letal em Santarém, relaciona resultados positivos à integração entre instituições, ao uso de inteligência operacional, ao emprego de tecnologia e à reconfiguração do efetivo em períodos e locais de maior necessidade.

O estudo destaca, entre outros resultados, um intervalo de 36 dias consecutivos sem homicídios no município, sem atribuir o fenômeno a uma causa única, mas reconhecendo a convergência entre presença policial, operações integradas e planejamento. A Operação Esvazia Quartel, também utilizada no oeste paraense, representa exemplo de reforço

temporário da presença ostensiva mediante mobilização de efetivo administrativo em áreas de interesse operacional (Polícia Militar do Pará, 2025a).

A prevenção comunitária constitui outro componente relevante. Em Santarém, o Policiamento Comunitário Escolar desenvolvido pelo Grupamento de Prevenção Ativa alcançou mais de sete mil pessoas em 2024 e programou ações em dez escolas municipais em 2025, combinando orientação a professores, trabalho com famílias, palestras a estudantes e visitas técnicas com participação de parceiros da rede de proteção (Santarém, 2025).

A iniciativa evidencia que a presença policial pode produzir efeitos preventivos quando associada à educação, à mediação, à identificação precoce de situações de risco e à articulação com serviços sociais. A lógica é coerente com a segurança pública cidadã: preservar a ordem não significa apenas intervir depois do dano, mas também reduzir vulnerabilidades que favorecem conflitos e violência.

A integração com a saúde é igualmente necessária. Moura et al. (2026), em estudo de caso sobre ocorrências envolvendo pessoas em surto psicótico atendidas pelo 2º Batalhão de Missões Especiais em Santarém, apontam que verbalização, mediação e avaliação contínua de risco são estratégias centrais, enquanto contenção física e instrumentos de menor potencial ofensivo devem ficar restritos a situações de risco iminente. O estudo demonstra que determinadas ocorrências não podem ser resolvidas adequadamente por uma única instituição e que protocolos conjuntos entre segurança e saúde aumentam a segurança das equipes, das pessoas em sofrimento e da comunidade.

Além de observar o ambiente externo, a gestão da segurança pública precisa considerar a condição do próprio policial. Lopes et al. (2025) analisaram a qualidade de vida de policiais militares de Santarém a partir de dados de inspeção de saúde e identificaram que 89,1% dos 55 convocados foram considerados aptos ao serviço ativo, ao mesmo tempo em que destacaram fatores como sobrecarga, exposição ao risco e estresse ocupacional.

Moraes e Paixão (2026), em pesquisa com 65 policiais militares da PMPA atuantes no contexto do COPE-PA/SEAP, encontraram elevada frequência de dores físicas e impactos emocionais; apenas 4,6% relataram ausência de dor após o serviço, enquanto 78,4% conviviam com dor moderada, frequente ou intensa. Esses achados indicam que a prontidão operacional não pode ser tratada como atributo abstrato: ela depende de condições físicas, psicológicas e organizacionais concretas.

A literatura recente reforça essa conexão entre saúde e desempenho institucional. Santos (2026) propõe compreender a saúde mental como fator de prontidão operacional e apresenta um modelo integrado de resiliência psicológica baseado em apoio institucional,

redes entre pares, liderança e fatores de proteção psicossocial. Gomes et al. (2026), ao propor um programa de telessaúde para policiais militares do interior do Amazonas, mostram que tecnologia em saúde pode reduzir barreiras geográficas, facilitar acesso a especialistas e racionalizar fluxos administrativos. Embora desenvolvida em outro estado amazônico, a proposta possui pertinência para contextos marcados por longas distâncias e desigualdade de acesso a serviços especializados, características que também precisam ser consideradas no planejamento institucional paraense.

Diante desse quadro, surge um problema de pesquisa de natureza aplicada: como integrar, em uma mesma lógica de gestão, diagnóstico criminal, policiamento ostensivo, prevenção comunitária, atuação interinstitucional, saúde do efetivo e tecnologia, de modo a contribuir diretamente para as atividades-meio e fim da Polícia Militar do Pará?

A questão é relevante porque documentos e estudos recentes apresentam resultados e boas práticas importantes, porém frequentemente organizados por temas separados. Quando análise criminal, operações, projetos comunitários e saúde ocupacional são geridos como compartimentos estanques, perde-se a oportunidade de avaliar como um eixo influencia o outro e como decisões administrativas repercutem na capacidade operacional.

O objetivo geral deste estudo é analisar evidências recentes da segurança pública paraense e propor uma matriz estratégica integrada para a PMPA, com foco em policiamento territorial, prevenção comunitária e prontidão operacional. Como objetivos específicos, busca-se: identificar contribuições da análise criminal e do georreferenciamento para o direcionamento do policiamento; examinar o papel das operações integradas, da tecnologia e da presença ostensiva; discutir ações de prevenção comunitária e cooperação com outras políticas públicas; relacionar saúde física e mental à capacidade de resposta policial; e apresentar um modelo de gestão com indicadores capazes de conectar diagnóstico, decisão, execução e avaliação.

A contribuição original do trabalho está na sistematização desses componentes em uma proposta única, denominada Matriz Integrada de Segurança Pública e Prontidão Operacional da PMPA (MISPRO-PMPA). A matriz não pretende substituir planos, protocolos ou doutrinas institucionais existentes, nem afirmar causalidade onde os dados disponíveis apenas permitem associação. Seu propósito é oferecer uma ferramenta de organização gerencial, aplicável a comandos e unidades, que permita transformar evidências dispersas em perguntas operacionais objetivas: onde atuar, quando atuar, com quais parceiros, com quais recursos, em que condições de prontidão e por quais indicadores avaliar os efeitos produzidos.

2 Segurança pública cidadã, missão constitucional e integração institucional

A Constituição Federal organiza a segurança pública como dever estatal e responsabilidade compartilhada, vinculando-a à preservação da ordem pública e à proteção das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988). Para a Polícia Militar, essa missão envolve visibilidade, prevenção e capacidade de intervenção, mas também depende de articulação com os demais órgãos de segurança e com políticas públicas que enfrentem vulnerabilidades sociais. Interpretar a missão policial apenas como presença física nas ruas reduz a complexidade do problema e desconsidera o fato de que violência, desordem, conflitos comunitários e crises pessoais possuem causas e manifestações múltiplas.

Guerra, Almeida e Cotta (2025) tratam a segurança pública cidadã como campo atravessado por dignidade humana, administração pública e participação social. Essa abordagem é especialmente útil porque impede a falsa oposição entre eficiência operacional e respeito a direitos. Uma polícia orientada à cidadania não é menos operacional; ao contrário, busca empregar recursos de forma proporcional, planejada e legitimada pela finalidade constitucional. Da mesma forma, a incorporação de tecnologias discutida no campo da segurança pública cidadã precisa ser subordinada a objetivos institucionais claros, evitando a ideia de que equipamentos, por si sós, resolvem problemas complexos (Cotta, 2022b).

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, revisto e reestruturado em 2025, enfatiza planejamento, integração do sistema, diagnóstico, cenários e iniciativas coordenadas. Entre suas diretrizes, destaca-se o reconhecimento da multicausalidade da violência e da necessidade de atuação interinstitucional (SEGUP-PA, 2025). Essa orientação cria base para uma leitura sistêmica: operações ostensivas, inteligência, prevenção social, atendimento a grupos vulneráveis, infraestrutura e gestão de pessoas não devem competir entre si, mas responder a finalidades comuns e ser avaliados por indicadores compatíveis.

A integração, entretanto, precisa ser operacionalizada. Em muitos contextos, a palavra é empregada como princípio genérico sem tradução em fluxos, responsabilidades ou métricas. Uma integração efetiva pressupõe compartilhamento de diagnóstico, definição prévia de papéis, canais de comunicação, protocolos para situações críticas e avaliação posterior das ações.

O estudo de Moura et al. (2026) sobre atendimento a pessoas em surto psicótico mostra de forma concreta por que isso importa: ocorrências com risco à integridade exigem

conhecimento policial sobre segurança da cena, mas também resposta de saúde, avaliação clínica e continuidade de cuidado. Quando as instituições atuam sem protocolos compatíveis, aumenta a possibilidade de atraso, conflito decisório e exposição desnecessária de profissionais e cidadãos.

A prevenção comunitária oferece outro exemplo. O Policiamento Comunitário Escolar de Santarém articula PM, escola, famílias e órgãos da rede de proteção em atividades que vão de palestras a visitas técnicas. O alcance superior a sete mil pessoas em 2024 indica escala relevante de contato comunitário, e o planejamento de dez escolas para 2025 demonstra continuidade do projeto (Santarém, 2025). Do ponto de vista estratégico, a principal contribuição não é apenas o número de atendidos, mas a criação de canais capazes de identificar problemas antes que se convertam em ocorrências de maior gravidade.

Essa leitura permite estabelecer uma primeira posição crítica: a efetividade da segurança pública não deve ser medida apenas por quantidade de abordagens, prisões ou operações. Esses indicadores são importantes para a gestão, mas precisam ser interpretados ao lado de resultados territoriais, capacidade preventiva, confiança, proteção de grupos vulneráveis e condições de trabalho do efetivo. Um sistema que aumenta produtividade operacional ao custo de desgaste crônico, absenteísmo ou perda de capacidade decisória pode produzir ganhos de curto prazo e fragilidade de médio prazo. Por isso, a noção de prontidão operacional precisa integrar a análise da missão institucional.

2.1. Policiamento orientado por evidências e diagnóstico territorial

A análise criminal é um dos pontos mais consistentes entre as fontes examinadas. Santos e Guimarães (2026) mostram que roubos e furtos em Santarém apresentam diferenças relevantes de padrão, inclusive quanto ao período do dia e à concentração em determinados bairros. O achado tem consequência operacional direta: tratar crimes patrimoniais como fenômeno homogêneo pode levar a escalas, rotas e pontos-base que não correspondem ao risco real. Quando o diagnóstico distingue modalidades, horários e territórios, o planejamento pode ajustar presença ostensiva, patrulhamento motorizado, policiamento a pé e ações preventivas às características do problema.

Lopes et al. (2026) ampliam essa perspectiva ao defender o uso de estatísticas e georreferenciamento no mapeamento da criminalidade paraense. O mapa criminal, contudo, deve ser compreendido como instrumento de decisão e não como produto final. Um painel que apenas exhibe manchas de ocorrência tem valor limitado se não responder a perguntas

operacionais: quais eventos concentram dano? Em que faixa horária? Há repetição de modus operandi? Quais locais possuem maior vulnerabilidade? Que recurso está disponível? Qual ação foi empregada anteriormente e com que resultado? O ganho institucional aparece quando o dado é incorporado a um ciclo de decisão.

A literatura examinada também permite reconhecer um risco: dados históricos podem reproduzir padrões de registro e de presença institucional, não necessariamente a totalidade do fenômeno criminal. Áreas com maior policiamento ou maior disposição para registrar ocorrências podem produzir mais dados, enquanto territórios com subnotificação podem parecer artificialmente menos problemáticos. Por isso, a inteligência territorial deve combinar estatísticas de ocorrência com informações de campo, chamadas de emergência, percepção comunitária, análise de eventos e conhecimento dos comandantes locais. Essa triangulação reduz o risco de transformar a base de dados em representação absoluta da realidade.

A experiência descrita por Silva (2025) reforça o uso combinado de inteligência e presença ostensiva. No controle da violência letal em Santarém, o autor relaciona operações integradas, tecnologia, planejamento e reorganização do efetivo a um período de melhoria de indicadores. O mérito analítico desse resultado não está em afirmar que uma operação isolada causou a redução, mas em mostrar que o policiamento pode ser reposicionado conforme informação atualizada. O próprio estudo ressalta a necessidade de políticas de longo prazo, formação, logística e prevenção social para dar sustentabilidade aos resultados.

As informações divulgadas sobre o primeiro semestre de 2025 no Pará caminham na mesma direção. A redução dos homicídios ao longo dos meses foi associada, institucionalmente, ao reforço do policiamento ostensivo, tecnologias de monitoramento e intensificação de operações integradas (Polícia Militar do Pará, 2025b). Esse tipo de associação deve ser interpretado com prudência, pois indicadores criminais são influenciados por múltiplas variáveis. Ainda assim, a convergência com os estudos acadêmicos sugere que planejamento, informação e coordenação são condições relevantes para aumentar a capacidade de intervenção.

Um modelo orientado por evidências também depende de registro após a ação. Se uma unidade modifica o policiamento em determinada área e não registra de forma padronizada o que foi feito, por quanto tempo, com qual efetivo e quais resultados foram observados, a instituição perde a oportunidade de aprender. A avaliação operacional deve permitir distinguir ações eficazes, ações neutras e ações que apenas deslocaram o problema para outro local ou horário. Dessa forma, evidência não é sinônimo de estatística inicial; inclui também a produção sistemática de memória institucional sobre decisões e efeitos.

2.2. Presença ostensiva, operações integradas, tecnologia e prevenção comunitária

A presença ostensiva continua sendo elemento essencial da atuação da Polícia Militar, especialmente em áreas de concentração criminal, eventos e períodos de maior circulação de pessoas. A Operação Esvazia Quartel representa estratégia de reforço extraordinário mediante emprego temporário de efetivo das atividades-meio em ações ostensivas, ampliando visibilidade e capacidade de abordagem em áreas definidas como prioritárias (Polícia Militar do Pará, 2025a). Medidas desse tipo podem ser úteis quando vinculadas a diagnóstico específico e duração compatível com o problema, mas não devem ser tratadas como solução permanente para déficits estruturais de efetivo ou demanda crescente.

A análise de Silva (2025) aponta que operações integradas, inteligência operacional e tecnologia foram relevantes no contexto de Santarém. A ausência de homicídios durante 36 dias consecutivos foi apresentada como marco local, ao lado de iniciativas relacionadas a eventos de grande afluência e recursos tecnológicos. A principal lição para a gestão é que operações de impacto ganham valor quando fazem parte de uma estratégia maior, com definição de alvo, análise prévia, coordenação interinstitucional e monitoramento após a execução. Sem esses elementos, existe o risco de produzir apenas aumento temporário de presença sem aprendizado institucional.

O investimento em infraestrutura e tecnologia oferece condições materiais para esse planejamento. Em 2025, o sistema estadual de segurança pública divulgou investimento superior a R\$ 60 milhões em equipamentos nos primeiros cinco meses, incluindo viaturas, armamentos, coletes, estruturas e tecnologias de monitoramento; também foi anunciada a instalação de 50 novos totens de segurança com comunicação com o Centro Integrado de Operações (SEAP-PA, 2025). O volume de investimento demonstra capacidade de modernização, mas o critério de sucesso precisa ir além da quantidade de equipamentos entregues. A avaliação deve perguntar se a tecnologia reduziu tempo de resposta, ampliou cobertura, melhorou a qualidade da informação, aumentou segurança do policial ou contribuiu para prevenção mensurável.

Essa exigência é importante porque inovação tecnológica pode gerar dependência operacional sem produzir melhoria real. Equipamentos que não possuem manutenção, interoperabilidade, protocolo de uso ou pessoal capacitado tendem a perder valor rapidamente. Além disso, ferramentas baseadas em coleta e tratamento de dados precisam respeitar limites legais, éticos e de proteção de direitos. A segurança pública cidadã exige que tecnologias de vigilância e análise sejam empregadas com finalidade definida, supervisão e

possibilidade de auditoria, evitando decisões automáticas ou discricionárias sem justificativa (Cotta, 2022b; Guerra; Almeida; Cotta, 2025).

No campo preventivo, a experiência do Policiamento Comunitário Escolar de Santarém mostra um caminho complementar. O projeto trabalha com professores, equipes escolares, pais e estudantes, abordando prevenção às drogas, atos infracionais, violações de direitos e responsabilidade familiar; também realiza visitas técnicas com participação de órgãos como CRAS e Conselho Tutelar (Santarém, 2025). A lógica é distinta de uma operação de saturação: em vez de concentrar recursos em curto período, cria vínculos e redes de encaminhamento. A comparação entre os dois modelos não deve produzir escolha excludente. Operações ostensivas e prevenção comunitária atendem necessidades diferentes e podem ser planejadas de forma complementar.

A atuação em crises de saúde mental reforça essa complementaridade. Moura et al. (2026) identificaram que, em ocorrências com pessoas em surto psicótico, verbalização, mediação e avaliação contínua do risco são recursos predominantes, e que a articulação com o SAMU é decisiva. O dado desafia uma concepção simplificada de ostensividade, segundo a qual eficiência seria sinônimo de intervenção física rápida. Em determinados cenários, o melhor resultado operacional é reduzir a necessidade de força, estabilizar a situação e permitir que o serviço de saúde assuma o cuidado adequado.

Assim, a presença ostensiva eficiente pode assumir formas diversas: alta visibilidade em área de risco; abordagem focalizada; reforço em eventos; patrulhamento orientado por análise criminal; presença preventiva em escolas; apoio seguro a equipes de saúde; ou patrulhamento de proximidade. O elemento unificador deve ser o problema a ser resolvido e o resultado esperado. Essa mudança de enfoque permite substituir a pergunta “quanto policiamento foi empregado?” por “qual problema foi priorizado, qual estratégia foi escolhida e que evidência existe de que a resposta foi adequada?”

2.3. Saúde ocupacional e prontidão operacional como dimensão da segurança pública

O desempenho policial depende diretamente da condição física e psicológica do efetivo. Lopes et al. (2025), ao examinarem dados de policiais de Santarém convocados para inspeção de saúde, encontraram elevada proporção de aptidão ao serviço ativo, mas também discutiram fatores ocupacionais que ameaçam a qualidade de vida, como sobrecarga, risco e estresse. A existência do Núcleo de Atenção Psicossocial no 3º BPM aparece como recurso

institucional relevante, pois aproxima cuidado psicológico do cotidiano profissional e reduz a distância entre necessidade e acesso.

Os resultados de Moraes e Paixão (2026) tornam o problema ainda mais concreto. Entre 65 policiais militares vinculados a atividades de segurança penitenciária no contexto do COPE-PA/SEAP, apenas 4,6% informaram não sentir dor após o serviço, e 78,4% relataram dor moderada, frequente ou intensa. O estudo também identificou indicadores de ansiedade, hipervigilância e necessidade de apoio psicológico. A leitura gerencial desses achados deve ultrapassar a dimensão individual: dor persistente, privação de sono, estresse e hipervigilância podem afetar atenção, tomada de decisão, tolerância a situações de conflito e recuperação entre jornadas.

Santos (2026) propõe que saúde mental seja tratada como fator estratégico de prontidão operacional. Seu modelo integrado de resiliência psicológica reúne apoio psicológico institucional, redes de apoio entre pares, liderança organizacional e fatores de proteção psicossocial. A contribuição é relevante porque desloca o cuidado do paradigma exclusivamente reativo, no qual o policial procura ajuda apenas após adoecimento significativo, para uma abordagem preventiva e organizacional. Sob essa perspectiva, saúde mental integra a gestão do risco operacional e deve ser acompanhada com o mesmo compromisso dedicado a equipamento, treinamento e logística.

A realidade amazônica acrescenta barreiras de acesso. Gomes et al. (2026), ao proporem telessaúde para policiais militares do interior do Amazonas, destacam dificuldades geográficas, acesso limitado a especialistas e burocracia associada a procedimentos de saúde. Embora a proposta seja dirigida à PMAM, sua lógica é transferível, com adaptações, a corporações que atuam em territórios extensos. A telessaúde pode funcionar como porta de acesso, triagem, acompanhamento e orientação, desde que preserve sigilo, qualidade clínica, critérios de encaminhamento e atendimento presencial quando necessário.

Relacionar saúde a prontidão operacional não significa medicalizar a atividade policial ou reduzir problemas organizacionais a cuidados individuais. Uma política de saúde não substitui escalas adequadas, descanso, liderança, treinamento, ergonomia e organização racional do trabalho. Ao contrário, os estudos analisados sugerem que fatores físicos, psicológicos e organizacionais se influenciam. Um programa que apenas ofereça atendimento psicológico, sem observar excesso de jornada ou condições de trabalho, tende a atuar sobre consequências e não sobre determinantes.

Essa constatação tem implicação direta para as atividades-meio. Setores de pessoal, saúde, logística, ensino e comando influenciam a capacidade da atividade-fim. Portanto, a

separação rígida entre “administrativo” e “operacional” pode esconder relações decisivas. Uma viatura sem manutenção reduz cobertura; uma escala que não permite recuperação aumenta fadiga; capacitação insuficiente limita o uso seguro de tecnologia; atendimento de saúde distante aumenta afastamentos evitáveis. Integrar essas variáveis à análise operacional permite compreender prontidão como resultado organizacional e não apenas disponibilidade nominal de efetivo.

3 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A natureza aplicada decorre do propósito de converter achados da literatura e de documentos institucionais em uma proposta de uso prático pela Polícia Militar do Pará. O caráter descritivo foi empregado para organizar evidências recentes sobre criminalidade, policiamento, prevenção comunitária, tecnologia e saúde ocupacional, enquanto a dimensão exploratória permitiu aproximar campos que, embora relacionados à missão policial, costumam ser analisados separadamente.

O corpus principal foi constituído por fontes indicadas para a elaboração do estudo e por documentos oficiais diretamente relacionados ao tema. Foram incluídos artigos científicos publicados em 2025 e 2026 sobre padrões de roubos e furtos em Santarém, mapeamento criminal no Pará, policiamento ostensivo e violência letal, qualidade de vida de policiais militares, saúde mental e prontidão operacional, saúde ocupacional no contexto do COPE-PA/SEAP, telessaúde em polícia militar e integração entre segurança pública e saúde em ocorrências de surto psicótico. Também foram analisadas publicações da PMPA, da SEGUP-PA, da SEAP-PA e da Prefeitura de Santarém, além da Constituição Federal de 1988 e de obras voltadas à segurança pública cidadã.

O recorte temporal privilegiou produções de 2025 e 2026 porque o objetivo foi reunir evidências recentes e aderentes à realidade institucional atual, mantendo-se fontes anteriores somente quando essenciais ao fundamento normativo ou conceitual. A Constituição Federal foi mantida por estabelecer a base constitucional da segurança pública e das atribuições das polícias militares. A obra de Cotta (2022b) foi incorporada por seu vínculo com tecnologia e segurança pública cidadã, temática necessária à discussão crítica da modernização institucional.

Quadro 1 - Fontes e categorias utilizadas na análise

Categoria	Fontes principais	Finalidade na análise
Fundamento normativo e conceitual	Brasil (1988); Cotta (2022b); Guerra, Almeida e Cotta (2025)	Missão constitucional, cidadania, direitos e inovação responsável.
Análise criminal e policiamento	Santos e Guimarães (2026); Lopes et al. (2026); Silva (2025)	Padrões territoriais, georreferenciamento, inteligência e emprego ostensivo.
Prevenção e integração	Santarém (2025); Moura et al. (2026)	Prevenção comunitária, rede de proteção e atuação conjunta segurança-saúde.
Saúde e prontidão	Lopes et al. (2025); Moraes e Paixão (2026); Santos (2026); Gomes et al. (2026)	Aptidão, dor, saúde mental, apoio institucional e acesso remoto à saúde.
Gestão e estrutura	PMPA (2025a; 2025b); SEAP-PA (2025); SEGUP-PA (2025)	Operações, investimentos, tecnologia, integração e planejamento estadual.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os critérios de inclusão foram: relação direta com segurança pública ou atividade policial militar; pertinência ao contexto do Pará ou possibilidade de aplicação justificada ao contexto amazônico; apresentação de dados, análise, experiência institucional ou proposta operacional; e disponibilidade de elementos suficientes para identificar objetivo, método e conclusão. Foram excluídos materiais duplicados e conteúdos cuja relação com o problema de pesquisa fosse apenas indireta. Notícias e páginas institucionais foram utilizadas como fontes documentais para caracterizar ações, investimentos e programas, sem receber o mesmo peso inferencial atribuído aos artigos científicos.

4 Resultados e Discussão

A análise conjunta das fontes revelou cinco problemas recorrentes. O primeiro é a necessidade de transformar dados criminais em decisão territorial. Estudos sobre roubos, furtos e mapeamento criminal demonstram que a informação existe e pode orientar a atuação, mas seu valor depende da capacidade de converter padrões em prioridade de patrulhamento, horário, modalidade de policiamento e objetivo mensurável (Santos; Guimarães, 2026; Lopes

et al., 2026). O problema, portanto, não é apenas coletar dados, mas fechar o ciclo entre análise e emprego operacional.

O segundo problema refere-se à sustentabilidade das ações ostensivas. Operações integradas e reforços extraordinários podem aumentar presença e produzir resultados relevantes, como observado em Santarém e em operações estaduais, porém precisam ser acompanhados por avaliação e planejamento de continuidade (Silva, 2025; Polícia Militar do Pará, 2025a). A evidência disponível favorece o policiamento focalizado e informado, mas não sustenta a ideia de que aumentar efetivo de modo indiscriminado seja suficiente em qualquer contexto.

O terceiro problema é a fragmentação entre prevenção social, comunidade e resposta policial. O Policiamento Comunitário Escolar demonstra capacidade de articulação preventiva, enquanto o estudo sobre surtos psicóticos mostra a necessidade de atuação conjunta com a saúde (Santarém, 2025; Moura et al., 2026). Em ambos os casos, a efetividade depende de redes que antecedem a ocorrência crítica. A ausência de parceiros definidos ou fluxos de encaminhamento pode fazer com que a Polícia Militar permaneça responsável por demandas que exigem continuidade fora de sua competência principal.

O quarto problema é o tratamento insuficiente da saúde do efetivo como variável operacional. A literatura analisada apresenta sinais objetivos de dores físicas, estresse e impacto emocional, além de propostas de cuidado psicológico e telessaúde (Lopes et al., 2025; Moraes; Paixão, 2026; Santos, 2026; Gomes et al., 2026). A consequência institucional é clara: planejar operação sem considerar fadiga, afastamentos, aptidão, recuperação e apoio é planejar apenas parte da capacidade real da unidade.

O quinto problema envolve a governança da tecnologia. Investimentos em equipamentos e monitoramento ampliam possibilidades, mas precisam estar conectados a indicadores de uso e resultado (SEAP-PA, 2025). Tecnologias de vigilância, comunicação e georreferenciamento geram valor quando encurtam tempo de resposta, qualificam a decisão, aumentam segurança ou permitem avaliação; caso contrário, podem se tornar ativos caros, pouco integrados e difíceis de sustentar.

Quadro 2 - Síntese dos achados e problemas estratégicos

Dimensão	Evidência sintetizada	Problema estratégico
Diagnóstico territorial	Crimes variam por modalidade, horário e local; georreferenciamento qualifica o planejamento.	Dados nem sempre são convertidos em hipótese operacional e prioridade mensurável.
Emprego ostensivo	Operações integradas, presença focalizada e inteligência podem acompanhar melhoria de indicadores.	Risco de ações episódicas sem avaliação, continuidade ou análise de deslocamento criminal.
Prevenção e rede	Policiamento escolar e integração com saúde ampliam prevenção, mediação e encaminhamento.	Fragmentação entre PM, saúde, educação, assistência e demais parceiros.
Saúde do efetivo	Dor, estresse e sofrimento emocional afetam qualidade de vida e podem comprometer prontidão.	Saúde ainda pode ser tratada como agenda individual, separada do planejamento operacional.
Tecnologia e governança	Investimentos ampliam monitoramento, mobilidade e capacidade de resposta.	Equipamento sem protocolo, manutenção, indicador e avaliação pode ter baixo efeito institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Com base nos achados, propõe-se a Matriz Integrada de Segurança Pública e Prontidão Operacional da PMPA (MISPRO-PMPA). A denominação é proposta neste estudo e não corresponde a programa oficial existente. Seu objetivo é organizar decisões de comando em cinco eixos, evitando que planejamento criminal, operações, prevenção, saúde e tecnologia sejam acompanhados por sistemas desconectados. A matriz pode ser utilizada em nível de batalhão, companhia ou comando regional, com adaptação aos dados e recursos de cada área.

O primeiro eixo, Diagnóstico Territorial e Inteligência, começa pela definição do problema prioritário. A unidade deve identificar crime, desordem ou situação de risco, delimitar espaço e tempo, verificar recorrência e selecionar fontes de informação. O resultado esperado não é apenas um mapa, mas uma hipótese operacional: por exemplo, aumento de furtos em determinada faixa horária e corredor urbano; concentração de roubos noturnos em área específica; elevação de ocorrências em entorno escolar; ou aumento de atendimentos de crise em determinado setor. A hipótese orienta a escolha da resposta e os indicadores de avaliação.

O segundo eixo, Emprego Operacional Focalizado e Integração, traduz o diagnóstico em ação. Podem ser definidos patrulhamento direcionado, pontos-base temporários, operação integrada, reforço de efetivo, fiscalização, presença em evento ou estratégia de visibilidade. O planejamento deve registrar objetivo, período, efetivo, recursos, parceiros e critério de encerramento. A experiência analisada por Silva (2025) e as ações de reforço descritas pela PMPA mostram que presença qualificada e integração são relevantes, mas a matriz acrescenta a exigência de registrar o desenho da intervenção para possibilitar avaliação posterior.

O terceiro eixo, Prevenção Comunitária e Redes de Proteção, busca impedir que a estratégia fique restrita à repressão. Projetos escolares, reuniões comunitárias, visitas técnicas, encaminhamentos e cooperação com saúde e assistência social podem ser incorporados quando o diagnóstico indicar causas ou riscos que ultrapassem a atuação policial imediata. O modelo de Santarém demonstra que a PM pode participar de redes educativas sem perder sua função institucional; ao contrário, amplia capacidade preventiva e acesso a informações sobre conflitos emergentes (Santarém, 2025).

O quarto eixo, Saúde e Prontidão do Efetivo, exige que o comando acompanhe a capacidade real de execução. Não se trata de expor dados clínicos individuais, mas de utilizar indicadores agregados e administrativos, como afastamentos, restrições funcionais, horas extras, concentração de jornadas, adesão a ações preventivas e necessidade de apoio psicossocial. Estudos sobre qualidade de vida, dor ocupacional e saúde mental justificam a inclusão desse eixo como requisito de segurança operacional (Lopes et al., 2025; Moraes; Paixão, 2026; Santos, 2026).

O quinto eixo, Tecnologia, Monitoramento e Aprendizagem, fecha o ciclo. A unidade deve definir quais ferramentas apoiam a ação, quais indicadores serão acompanhados e quando ocorrerá a revisão. Tecnologias de georreferenciamento, totens, sistemas de ocorrência, comunicação e painéis analíticos podem ser incorporados, mas sempre vinculados a finalidade e indicador. A matriz recomenda avaliação de processo e resultado: se a ação foi executada como planejado; se o indicador-alvo mudou; se houve deslocamento do problema; se surgiram efeitos indesejados; e se a estratégia deve ser mantida, alterada ou encerrada.

Quadro 3 - Matriz Integrada de Segurança Pública e Prontidão Operacional da PMPA (MISPRO-PMPA)

Eixo MISPRO-PMPA	Pergunta de comando	Ação recomendada	Indicador mínimo
1. Diagnóstico territorial e inteligência	Qual problema, onde, quando e com que padrão?	Cruzar ocorrências, georreferenciamento, chamadas, informação de campo e eventos previstos.	Indicador de contexto territorial/temporal.
2. Emprego operacional focalizado e integração	Qual resposta é proporcional e quais parceiros são necessários?	Definir modalidade de policiamento, período, efetivo, recursos, parceiros e critério de encerramento.	Execução da ação + resultado criminal/operacional.
3. Prevenção comunitária e redes de proteção	Que fatores podem ser prevenidos ou encaminhados antes da crise?	Articular escola, saúde, assistência, conselho tutelar e lideranças conforme o problema.	Ações preventivas, encaminhamentos e reincidência.
4. Saúde e prontidão do efetivo	A unidade possui capacidade real e sustentável para executar a missão?	Monitorar indicadores agregados de disponibilidade, fadiga, afastamentos, capacitação e suporte.	Disponibilidade e exposição a jornadas/afastamentos.
5. Tecnologia, monitoramento e aprendizagem	Como saber se a estratégia funcionou e deve continuar?	Vincular cada tecnologia a finalidade; revisar processo, resultado, efeitos indesejados e lições.	Tempo de resposta, cobertura, uso e revisão pós-ação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Uma matriz aplicada precisa de indicadores simples e úteis. O excesso de métricas pode aumentar burocracia sem melhorar a decisão; por outro lado, a ausência de mensuração impede distinguir percepção de resultado. Propõe-se, portanto, um painel enxuto com indicadores de contexto, processo, resultado e prontidão. Indicadores de contexto descrevem o problema inicial; indicadores de processo verificam execução; indicadores de resultado observam mudanças; e indicadores de prontidão acompanham capacidade do efetivo.

Entre os indicadores de contexto podem ser utilizados número de ocorrências por modalidade, concentração territorial, faixa horária, reincidência de locais, chamadas de emergência e eventos previstos. Nos indicadores de processo, incluem-se horas de patrulhamento focalizado, operações realizadas conforme planejamento, cobertura de pontos prioritários, participação de parceiros e ações comunitárias executadas. Nos indicadores de

resultado, podem ser acompanhadas variações de ocorrência, tempo de resposta, reincidência, deslocamento espacial, necessidade de uso da força e encaminhamentos efetivados.

Os indicadores de prontidão devem ser agregados e preservar a confidencialidade individual. Podem incluir percentual de efetivo disponível, afastamentos, restrições funcionais, exposição a jornadas extraordinárias, procura por atendimento preventivo e participação em capacitações. A literatura sobre saúde ocupacional mostra que ignorar essas variáveis pode gerar uma falsa percepção de capacidade. Uma unidade pode apresentar quadro nominal suficiente e, ao mesmo tempo, ter parte relevante do efetivo limitada por dor, estresse ou recuperação inadequada.

Quadro 4 - Painel mínimo de indicadores para acompanhamento

Tipo de indicador	Exemplos aplicáveis	Uso gerencial
Contexto	Ocorrências por modalidade; horário; bairro; reincidência de local; chamadas; eventos previstos.	Definir prioridade e linha de base.
Processo	Horas de patrulhamento focalizado; cobertura de pontos; operações executadas; parceiros envolvidos.	Verificar se a intervenção foi executada como planejada.
Resultado	Variação de ocorrências; tempo de resposta; reincidência; deslocamento espacial; uso da força.	Avaliar efeito e necessidade de ajuste.
Prontidão	Efetivo disponível; afastamentos; restrições; jornadas extraordinárias; capacitação; busca de apoio.	Dimensionar capacidade sustentável sem expor dados clínicos individuais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A principal contribuição da proposta é tornar explícita a relação entre atividade-fim e atividade-meio. O policiamento ostensivo depende de análise criminal, logística, saúde, formação, tecnologia e gestão de pessoas. Ao reunir essas dimensões, a MISPRO-PMPA responde diretamente à missão de preservação da ordem pública porque amplia a capacidade de escolher intervenções adequadas e sustentáveis. A matriz também cria uma linguagem comum entre setores: o dado criminal indica prioridade; a operação define resposta; a prevenção articula parceiros; a saúde informa capacidade; e a avaliação produz aprendizagem.

Essa lógica é coerente com o planejamento estadual que reconhece integração e multicausalidade da violência (SEGUP-PA, 2025). Também dialoga com evidências locais. Os estudos de Santarém mostram, de um lado, a utilidade do diagnóstico de roubos e furtos e,

de outro, a importância de operações integradas e prevenção escolar (Santos; Guimarães, 2026; Silva, 2025; Santarém, 2025). A integração entre segurança e saúde em crises psicóticas demonstra ainda que algumas respostas precisam ser desenhadas antes da ocorrência, por meio de protocolos e capacitação (Moura et al., 2026).

Outra contribuição é incluir o bem-estar do policial como condição de eficiência. Essa escolha evita tratar saúde ocupacional como agenda periférica. Os dados de Lopes et al. (2025) e Moraes e Paixão (2026) evidenciam que aptidão, dor e sofrimento emocional coexistem no cotidiano profissional. A proposta de Santos (2026) reforça que resiliência e apoio não são apenas benefícios individuais, mas componentes da prontidão. Nessa perspectiva, proteger o efetivo significa também proteger a qualidade da decisão policial e a segurança do atendimento prestado à população.

A tecnologia recebe tratamento semelhante. Os investimentos divulgados em 2025 ampliaram estrutura e recursos do sistema paraense, inclusive com novos equipamentos e totens de segurança (SEAP-PA, 2025). A matriz proposta não questiona a importância do investimento; acrescenta um critério de governança: cada tecnologia deve estar associada a problema, usuário, protocolo, manutenção e indicador de resultado. Essa condição reduz o risco de modernização meramente material e favorece uma cultura de avaliação.

A implementação de um modelo integrado enfrenta limitações. A primeira é a qualidade dos dados. Sistemas de ocorrência refletem práticas de registro, acessibilidade do cidadão e presença institucional. Assim, mapas criminais não devem ser utilizados de forma automática. A interpretação precisa incluir conhecimento local, contexto social e validação contínua, especialmente quando a ação pode produzir maior controle sobre determinados territórios ou grupos. A segurança pública baseada em evidências exige evidência de qualidade, mas também julgamento profissional responsável.

A segunda limitação é a atribuição de causalidade. A redução de determinado crime após uma operação não prova, isoladamente, que a operação foi a causa. Mudanças econômicas, dinâmicas criminais, ações de outros órgãos, sazonalidade e deslocamento territorial podem influenciar o indicador. Silva (2025) reconhece a importância de políticas de longo prazo, e essa cautela deve ser incorporada à avaliação. A MISPRO-PMPA propõe trabalhar com associação operacional e comparação de tendências, evitando conclusões causais quando não houver desenho metodológico suficiente.

O terceiro risco é a sobrecarga burocrática. Se a matriz exigir formulários extensos, dezenas de indicadores e reuniões frequentes sem utilidade prática, ela pode consumir tempo do comando e perder adesão. A proposta, portanto, deve ser implementada com poucos

indicadores e uso preferencial de sistemas já existentes. A lógica é apoiar decisão, não criar um novo fim administrativo. Relatórios curtos, painéis automáticos e revisão por exceção tendem a ser mais úteis do que documentos extensos produzidos apenas para comprovação formal.

O quarto risco envolve a saúde do policial. Indicadores de prontidão não podem se transformar em mecanismo de exposição, estigma ou punição de quem busca atendimento. Informações clínicas individuais devem permanecer protegidas e sob responsabilidade dos serviços competentes. O comando necessita de dados agregados para planejamento, não de detalhes diagnósticos. Programas de apoio psicológico ou telessaúde devem ser desenhados de forma a aumentar confiança e acesso, conforme a preocupação presente nos estudos de Santos (2026) e Gomes et al. (2026).

A quinta condição é a liderança. Integração institucional não ocorre apenas por norma; depende de comandantes capazes de usar dados, ouvir equipes, coordenar parceiros e revisar decisões. Liderança também influencia o clima organizacional e a disposição dos policiais para comunicar fadiga, risco e necessidade de suporte. Assim, capacitação de gestores em análise de dados, planejamento, saúde ocupacional e gestão de crise pode ser tão importante quanto a aquisição de novos sistemas.

A relevância prática da MISPRO-PMPA reside em sua possibilidade de aplicação sem necessidade de criar uma estrutura paralela à existente. A matriz pode ser incorporada a reuniões de planejamento, ordens de serviço, avaliações de operação e rotinas de comando. Seu diferencial é exigir que, para cada problema priorizado, sejam respondidas cinco perguntas: qual é o diagnóstico territorial; qual ação operacional será empregada; que componente preventivo ou parceiro é necessário; qual é a condição de prontidão do efetivo; e como o resultado será medido.

Essa estrutura cria uma ponte entre as evidências examinadas. O mapeamento criminal orienta onde e quando atuar (Santos; Guimarães, 2026; Lopes et al., 2026). As operações integradas mostram como concentrar capacidade em problemas prioritários (Silva, 2025). A prevenção comunitária amplia a intervenção para fatores de risco e rede social (Santarém, 2025). A integração com a saúde qualifica respostas complexas (Moura et al., 2026). A saúde ocupacional protege a capacidade de decisão e permanência no serviço (Lopes et al., 2025; Moraes; Paixão, 2026; Santos, 2026). A tecnologia oferece meios de monitoramento e acesso, inclusive em áreas distantes (SEAP-PA, 2025; Gomes et al., 2026).

A proposta também apresenta relevância teórica porque trata prontidão operacional como variável intermediária entre recursos institucionais e resultado policial. Em termos

simples, não basta possuir efetivo, tecnologia e plano; é necessário que esses recursos estejam disponíveis, integrados e em condição de uso no momento certo. Essa formulação ajuda a explicar por que investimentos materiais podem não produzir o efeito esperado quando faltam capacitação, manutenção, saúde, coordenação ou avaliação.

Por fim, a matriz reforça uma concepção de segurança pública em que o sucesso institucional não é medido apenas pela reação ao crime, mas pela capacidade de antecipar riscos, prevenir danos, coordenar respostas e aprender com a própria atuação. Essa perspectiva preserva a centralidade da missão constitucional da Polícia Militar e, ao mesmo tempo, reconhece que a complexidade contemporânea exige decisões baseadas em informação, cooperação e proteção do capital humano.

5 Conclusão

O estudo teve como objetivo analisar evidências recentes relacionadas à segurança pública paraense e propor uma matriz estratégica integrada para a Polícia Militar do Pará, articulando diagnóstico territorial, policiamento ostensivo, prevenção comunitária, atuação interinstitucional, saúde ocupacional, tecnologia e avaliação. A revisão identificou que esses componentes aparecem de forma recorrente nas produções acadêmicas e documentos institucionais analisados, embora frequentemente sejam apresentados em agendas separadas.

Os estudos sobre roubos, furtos e mapeamento criminal demonstraram a relevância de compreender padrões espaciais e temporais para orientar o emprego do policiamento. As análises de estratégias ostensivas em Santarém e de operações de reforço mostraram o potencial do planejamento focalizado e da integração institucional. As experiências de Policiamento Comunitário Escolar e de atuação conjunta em crises psicóticas evidenciaram que prevenção, mediação e redes de proteção podem ampliar a efetividade e a segurança das respostas. Já as pesquisas sobre qualidade de vida, dores ocupacionais e saúde mental demonstraram que a condição do policial influencia diretamente a prontidão institucional.

Como resposta ao problema de pesquisa, foi proposta a Matriz Integrada de Segurança Pública e Prontidão Operacional da PMPA (MISPRO-PMPA), estruturada em cinco eixos: diagnóstico territorial e inteligência; emprego operacional focalizado e integração; prevenção comunitária e redes de proteção; saúde e prontidão do efetivo; e tecnologia, monitoramento e aprendizagem. A contribuição central da matriz é conectar atividades-meio e fim em um mesmo ciclo de decisão, com indicadores de contexto, processo, resultado e prontidão.

A proposta possui aplicação prática porque pode ser utilizada com estruturas e dados já existentes, desde que adaptada à realidade de cada unidade. Seu uso não depende de transformar toda ação policial em pesquisa experimental, mas exige disciplina para registrar o problema, justificar a estratégia, acompanhar a execução e revisar o resultado. Essa rotina favorece memória institucional, comparação entre ações e uso mais racional de recursos.

Também se conclui que a busca por eficiência não pode ser dissociada de direitos, saúde e legitimidade. Tecnologias devem possuir finalidade, governança e avaliação; indicadores não podem induzir subnotificação ou produtividade artificial; informações de saúde devem permanecer protegidas; e operações de impacto precisam ser sustentadas por diagnóstico e acompanhamento. A segurança pública baseada em evidências é mais consistente quando combina estatística, experiência profissional, contexto territorial e controle dos efeitos produzidos.

Como limitação, a pesquisa utilizou dados secundários e fontes heterogêneas, não sendo possível medir causalmente o impacto de cada estratégia. Estudos futuros podem testar a MISPRO-PMPA em uma unidade-piloto, acompanhar indicadores antes e depois da implementação, entrevistar gestores e policiais e avaliar a percepção de parceiros comunitários. Também seria relevante desenvolver protocolos específicos para uso de dados, saúde ocupacional e integração com serviços de saúde e assistência social.

Em síntese, a Polícia Militar do Pará pode fortalecer sua missão institucional ao tratar inteligência, presença ostensiva, prevenção, tecnologia e saúde do policial como partes de um mesmo sistema. A integração proposta não substitui a experiência operacional; organiza-a, registra-a e permite que seja confrontada com evidências. Ao transformar informação em decisão, decisão em ação e ação em aprendizagem, a instituição amplia sua capacidade de preservar a ordem pública, proteger pessoas e utilizar recursos com maior precisão e sustentabilidade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2026.

COTTA, Francis Albert. Prefácio. In: COTTA, Francis Albert (org.). Tecnologias inovadoras e segurança pública cidadã. São Paulo: Paco Editorial, 2022b.

GOMES, Ketly de Araújo Silva; AGUIAR, Denison Melo de; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; CAMPOS, Bruno Patrício de Azevedo; COSTA, Jéssica Marjorie Lima;

CAVALCANTE, Gláucia Danielle Carneiro Gonçalves; SILVA, Shayene Sales da. Propositura de um programa de telessaúde/telemedicina na Polícia Militar do Amazonas, para atendimento do policial militar do interior do estado. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i3.24524.

GUERRA, Júnia Fátima do Carmo; ALMEIDA, Gustavo Tomaz de; COTTA, Francis Albert (org.). *Segurança pública e cidadania: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2025. 226 p. DOI: 10.36704/9786586832471.

LOPES, Jailson Otávio Ribeiro; MAIA, Fábio Santos; MAIA, Josué dos Santos; AGUIAR, Felipe Zezian; LOPES, Jander Marcus Cirino; MAIA, Luiz Fábio Castro. Análise da qualidade de vida dos policiais militares de Santarém-PA: saúde, aptidão e desempenho funcional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 10, p. 3059-3074, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i10.21537.

LOPES, Jailson Otávio Ribeiro; UCHÔA, Gilson Pinto; IMBIRIBA, Anderson Pereira; CARDOSO, Rarisson Ozéias Pontes. Mapeamento da criminalidade no Estado do Pará: análise e estratégias de segurança pública. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 6, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i6.27523.

MORAES, Waldemir Gomes; PAIXÃO, Jefferson Costa da. Saúde ocupacional na segurança pública: estudo sobre dores físicas e impactos emocionais em policiais militares da PMPA atuantes no contexto do COPE-PA/SEAP. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 5, p. 1-23, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i5.26472.

MOURA, Cleverton Ricelli Santos; SOUSA, André Junio Santos de; GALVÃO, Éfren Branches; OLIVEIRA, Alan Maia de. Integração entre segurança pública e saúde no atendimento a pessoas em surto psicótico: estudo de caso do 2º Batalhão de Missões Especiais em Santarém-PA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 9, p. 1-30, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i9.30160.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Operação Esvazia Quartel reforça policiamento no oeste do Pará. Belém: PMPA, 2025a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2025/09/29/policia-militar-realiza-operacao-e-svazia-quartel-em-13-municipios-do-oeste-do-para.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA). Pará registra queda significativa nos índices de criminalidade no primeiro semestre de 2025. Belém: PMPA, 2025b. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/8744-para-registra-queda-significativa-nos-indices-de-criminalidade-no-primeiro-semester-de-2025.html>. Acesso em: 3 out. 2026.

SANTARÉM (PA). Prefeitura Municipal. Policiamento Comunitário Escolar: plano de ações é apresentado para diretores de escolas municipais e parceiros do projeto. Santarém, 28 jan. 2025. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/educacao/reuniao-entre-diretores-de-escolas-municipais-e-equipe-de-policiamento-comunitario-escolar-apresenta-acoes-do-1-semester-de-2025-pq3wh8>. Acesso em: 3 out. 2026.

SANTOS, Antonio Rogerio Custodio dos. Saúde mental como fator de prontidão operacional: um modelo integrado de resiliência psicológica na Polícia Militar do Paraná. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 4, p. 1-21, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i4.25825.

SANTOS, Rodrigo de Cássio Monteiro dos; GUIMARÃES, Jarsen Luis Castro. Padrões e tendências dos roubos e furtos na cidade de Santarém-PA, na área do 3º Batalhão de Polícia Militar em 2023. *Revista Projeção e Docência*, v. 17, n. 2, e2898, 2026. DOI: 10.54899/rpds.v17n1-2898.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ (SEAP-PA). Equipamentos e estruturas entregues nos primeiros 5 meses de 2025 consolidam avanços na Segurança Pública do Pará. Belém, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://seap.pa.gov.br/node/1799>. Acesso em: 3 out. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ (SEGUP-PA). Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará 2022-2031: revisão e reestruturação aprovada pela Resolução n. 488/2024-CONSEP. Belém: SEGUP-PA, 2025. Disponível em: https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/consep/2025_-_diario_oficial_-_resolucao_n._488-2024_revisao_pesp_2022-2031.pdf. Acesso em: 3 out. 2026.

SILVA, Joubert Luis Rebelo da. Análise das estratégias de policiamento ostensivo no controle da violência letal intencional em Santarém-PA. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 6, n. 10, e6106899, 2025. DOI: 10.47820/recima21.v6i10.6899.